



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005830-10.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ROBERNEI DA SILVA NASCIMENTO**
 Requerido: **TATIANE PERPÉTUA CORREA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta o autor que a primeira ré colidiu contra a traseira de seu automóvel, encaminhando-o em seguida ao segundo réu para que este procedesse ao necessário reparo.

Alegou ainda que a primeira ré realizou o pagamento parcial ao segundo réu, tendo este em consequência não terminado o serviço.

A primeira ré em contestação reconheceu sua culpa pelo acidente noticiado, bem como que não teve condições de pagar ao segundo réu a quantia ajustada com ele para o conserto do veículo do autor.

O débito remanescente é de R\$ 4.000,00.

Assentadas essas premissas, reputo que o segundo réu não possui legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Ele na verdade não possui ligação jurídica alguma com o autor e sim com a segunda ré, sendo contratado por ela para proceder aos reparos do automóvel do mesmo.

Aliás, os próprios termos em que apresentado o pedido deixam claro que a pretensão do autor se volta contra a primeira ré e não contra o segundo, de sorte que se proclama sua ilegitimidade passiva ad causam.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mais, a responsabilidade pelo evento foi confessada pela ré, a exemplo da necessidade dela arcar com o pagamento de R\$ 4.000,00 para que o autor possa ser indenizado para o ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

Sua condenação a tal pagamento é, portanto, de rigor.

Ressalvo, outrossim, que a circunstância do pedido exordial ser apresentado para o cumprimento de obrigação de fazer não assume maior relevância, seja em face dos princípios informadores do Juizado Especial Cível (que no caso adquirem mais importância porque o autor iniciou a ação desacompanhado de advogado), seja porque em última análise é aquele o objetivo do autor com o aforamento do processo.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em relação ao réu **FUNILARIA E PINTURA.COM**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré **TATIANA PERPETUA CORREA** a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**